

A infiltração do crime organizado na economia formal

Riscos para a atividade econômica e para os investimentos

Ana Frazão

Advogada. Professora de Direito Civil e Comercial da UnB. Ex-Conselheira do CADE.

A reportagem da Folha de São Paulo *Faria Lima começa a medir 'risco PCC' em investimentos e negócios - Infiltração do crime organizado em diferentes setores preocupa investidores, empresários, gestores de fundos e economistas no coração financeiro do Brasil*¹, de 29.06.2025, mostra a crescente preocupação com a presença do crime organizado em vários setores econômicos.

A Folha entrevistou empresários, investidores, gestores de fundos nacionais e internacionais, economistas e líderes, tendo identificado um receio comum: “As facções estão encontrando brechas na economia formal, ameaçando não apenas os ganhos de grandes empresas que atuam na legalidade, mas também a segurança do ambiente de negócios.” “A leitura é que, se os criminosos chegarem a comprometer grandes companhias de São Paulo, perde-se o Brasil.”

Embora se mencione o risco PCC e a chamada “ala business do PCC”, é evidente que a preocupação é com o risco do crime organizado como um todo, o que abrange igualmente o CV (Comando Vermelho) e outras estruturas semelhantes.

Como se sabe, a relação entre crime organizado e negócios é antiga, até diante da necessidade de mecanismos de lavagem de dinheiro e canais de distribuição de produtos ilegais obtidos por meio de roubo, contrabando,

¹ Folha de São Paulo. Edição impressa de 29.06.2025, A15-A16.

adulteração e falsificação. O que tem mudado mais recentemente é a forma como o crime organizado agora está se infiltrando e consolidando nos negócios usuais da economia formal.

Em reportagem anterior, a Revista Veja já havia identificado que o PCC estaria expandindo seus tentáculos para o mercado formal e suas atividades criminosas para além do tráfico de drogas, tendo se tornado uma verdadeira multinacional². Além de atividades ilícitas diversificadas, como garimpos ilegais na Amazônia e crimes cibernéticos como o estelionato digital e a lavagem de dinheiro por meio de criptomoedas, a facção estaria avançando em diversos mercados da economia formal, como imóveis, agências de artistas e jogadores de futebol e contratos do serviço público. Daí a conclusão de que estão cada vez mais confusos os limites dos negócios formais e dos negócios do crime.

O Globo também já havia destacado operação do Ministério Público que investigou a atuação do crime organizado em mercados formais e chegou a resultados assustadores em São Paulo, dentre os quais os de que pelo menos 250 loteamentos imobiliários, mais de 300 postos de combustíveis e pelo menos 60 clínicas odontológicas já estariam sob o controle de criminosos³.

Além disso, o crime organizado controlaria as empresas UPBus e TransWolff (TW), que transportam quase 700 mil pessoas por dia e receberam quase 80 milhões em remuneração da prefeitura. A reportagem entrevista o promotor Lincoln Gakiya, que esteve à frente da operação, para quem o PCC tem assumido contornos de máfia, cuja característica principal é a infiltração nos poderes do Estado.

Em sentido semelhante, reportagem do Uol já havia apontado que, de acordo com o COAF, empresas usadas pelo PCC movimentaram 32 bilhões de reais em 4 anos e estavam consolidando a sua atuação também no mercado econômico e financeiro, sendo exemplo disso a Rede Boxter de postos de combustíveis⁴.

² <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/as-tres-atividades-economicas-do-pcc-que-mais-preocupam-as-autoridades/>

³ <https://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo/noticia/2024/04/09/onibus-imeveis-postos-e-ate-clinicas-odontologicas-os-negocios-do-pcc-em-sp.ghtml>

⁴ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/09/30/empresas-usadas-pelo-pcc-movimentaram-r-32-bilhoes-em-4-anos-diz-coaf.htm>

Vários desses dados foram consolidados na recente reportagem da Folha⁵, cuja conclusão é no sentido de que “operações policiais já indicaram que as facções estão se infiltrando em áreas tão diversas quanto refino, distribuição e venda de combustíveis, mercado imobiliário, transporte privado e público, clínicas odontológicas e diferentes serviços, como de internet, saúde, limpeza urbana, coleta de lixo e até no setor financeiro.”

No setor imobiliário, antes de ser assassinado a tiros no Aeroporto de Guarulhos, o empresário Antônio Vinicius Lopes Gritzbach explicou como o crime organizado estava usando os FIPs – fundos de investimento em participações – para ter acesso à economia formal⁶.

Para além disso, a internet e os novos negócios vêm propiciando, especialmente a partir da pandemia, novas frentes de atuação para o crime organizado, inclusive por meio de soluções inovadoras, como é o caso das fintechs e bancos digitais. Não é sem razão que a Polícia Federal descobriu que bancos digitais usados pelo PCC já movimentaram R\$ 7,5 bilhões⁷.

Esse preocupante processo vem ocorrendo de forma rápida e com algumas características que merecem nota. A primeira delas é a total falta de transparência. Um dos exemplos citados pela reportagem da Folha é que “uma investigação identificou gente ligada ao PCC em agências que cuidam da carreira de funkeiros, sem que os artistas tivessem a menor ideia.”

A segunda é o grau de organização. A reportagem da Folha mostra que a operação policial “Fim da Linha”, responsável por identificar o PCC em empresas de ônibus que chegaram a transportar cerca de 700 mil passageiros diários nas zonas sul e leste da capital paulista, apurou que a facção se infiltrou nas licitações de transporte público a partir de uma estrutura sofisticada, que envolve a formação de uma rede de advogados especializados em concessões públicas, bem como a criação de empresas e perfis que possam disputar e ganhar licitações⁸.

Diante desse contexto, Fabio Bechara, integrante do GAECO do MPSP, apontou que “se antes os criminosos precisavam enterrar dinheiro, agora

⁵ Folha de São Paulo. Edição impressa de 29.06.2025, A15-A16.

⁶ Folha de São Paulo. Edição impressa de 29.06.2025, A15-A16.

⁷ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/08/28/pf-descobre-bancos-digitais-usados-pelo-pcc-que-movimentaram-r-75-bilhoes.htm?cmpid=copiaecola>

⁸ Folha de São Paulo. Edição impressa de 29.06.2025, A15-A16.

alguns já lavam recursos por meio de uma fintech aberta por parceiros; se antes saqueavam transportadoras para vender segurança ou ter influência sobre a empresa, agora tentam manter as suas próprias frotas.”⁹

Tal diagnóstico é bastante preocupante porque, com o embaçamento das fronteiras entre os negócios formais e os negócios do crime, as organizações criminosas podem se aproveitar de importantes sinergias e vantagens da economia formal para dinamizar ainda mais a atividade criminosa e operacionalizar mais facilmente lavagem de dinheiro e outras práticas ilícitas.

Ao lado do fomento das atividades ilícitas, a participação do crime organizado também traz consequências nefastas para a economia formal, a começar pelo problema de concorrência desleal, uma vez que os negócios financiados pelo crime costumam apresentar inúmeras vantagens indevidas sobre os demais, o que pode comprometer a rivalidade por parte dos agentes econômicos que procuram cumprir a lei.

Ao lado das medidas de direito penal, o contexto descrito enseja também importantes reflexões sobre falhas regulatórias específicas e brechas na lei que podem estar sendo utilizadas para a penetração espúria do crime organizado na economia formal. Essa tem sido uma realidade no mercado de combustíveis, por exemplo, o que vem abrindo espaço para práticas ilegais como adulteração, sonegação, fraudes em medição de bombas, importação ilegal de nafta, dentre outras.

Mais do que isso, o contexto descrito suscita a discussão sobre se e em que medida o déficit de transparência das atuais estruturas societárias e de veículos de investimento, ao possibilitarem uma certa anonimização dos verdadeiros controladores e investidores – ou pelo menos ao facilitarem a sua ocultação ou dificultarem sua identificação – também não tem sido poderoso incentivo e instrumento facilitador para a crescente presença do crime organizado nos negócios formais.

Considerando que o crime organizado também procura se infiltrar nos poderes estatais, ainda é preciso ficar atento ao fato de que legisladores, reguladores e mesmo juízes podem estar a serviço das facções, o que pode direcionar a própria produção e aplicação do direito em prol dos interesses dos criminosos.

⁹ Folha de São Paulo. Edição impressa de 29.06.2025, A15-A16.

Como visto, é urgente uma reflexão mais aprofundada sobre o problema descrito, a fim de se mapear soluções eficientes, que necessariamente precisam ser estruturais e multidisciplinares. Afinal, há boas razões para se entender que o direito penal, sozinho, dificilmente conseguirá conter a crescente infiltração do crime organizado na economia formal sem que a regulação jurídica da atividade econômica – incluindo as regras jurídicas societárias e de investimentos - faça também a sua parte.

Publicado em 30/07/2025

Link: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/constituicao-empresa-e-mercado/a-infiltracao-do-crime-organizado-na-economia-formal>